ENGENHARIA MECÂNICA E RESPONSABILIDADE LEGAL: ESTRATÉGIAS PARA MITIGAÇÃO DE RISCOS JURÍDICOS NA ATUAÇÃO PROFISSIONAL

Autor(res)

Vinicius Samuel Pereira Silva
Napoleão Martins Filho
Mardey Vinícius Goulart
Deivid Da Silva Oliveira
Alysson De Jeus Da Silva
Jarlisson De Jesus Da Silva

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE BELO HORIZONTE

Introdução

Enfatizando a Engenharia Mecânica, onde o simples fato de bater uma pedra na outra, para gerar faísca, ou aparar as arestas de uma rocha e se surpreender com uma forma semicircular e mais dinâmica, hoje podemos mensurar estes fenômenos que foram utilizados ao acaso naquela época. Logo, observamos que as descobertas subsequentes, prosseguiram evoluindo através da prática, até alcançar as bases científicas que foram observadas, pesquisadas, testadas e formalizadas.
Hoje, após todo o conhecimento que obtivemos, desde os precários e sofisticados testes, práticos e teóricos, houve a necessidade da normatização, identificação e responsabilização dos desenvolvedores, com uma das ênfases mais fortes, sendo a segurança.
Neste documento, dissertaremos sobre as responsabilidades legais e as estratégias para mitigação de riscos jurídicos na atuação profissional da Engenharia Mecânica.

Objetivo

O proposito deste material de estudo é de introduzir as estratégias de mitigação dos riscos legais relacionados às atividades da engenharia. Com o intuito de auxiliar as empresas e os profissionais atuantes na engenharia mecânica, sendo o principal alvo, a busca de informações sobre as legislações vigentes para a elaboração de estratégias jurídicas.

Material e Métodos

A metodologia empregada para realizar o trabalho apresentado foi fundamentada em revisões de literatura, incluindo livros técnicos, sites especializados, teses e dissertações relevantes para as atividades relacionadas a engenharia mecânica e responsabilidade legal. Contribuindo para uma compreensão mais profunda dos desafios enfrentados pelos profissionais dessa área, essa abordagem proporcionou uma análise embasada e abrangente.

Resultados e Discussão

A falta de conformidade com a legislação é o que caracteriza o Risco Jurídico, podendo resultar em graves consequências financeiras, como multas, indenizações e afetando tanto empresas quanto profissionais atuantes. Engenheiros devem estar familiarizados com as legislações, além de cálculos técnicos, afim de evitar falhas que possam prejudicar a empresa e suas carreiras. É importante estar registrado nos órgãos reguladores, como o CREA, e nomear um Engenheiro Responsável Técnico (RT) para reduzir os riscos. O RT é responsável pela segurança, solidez e conformidade das obras/serviços, incluindo materiais e processos, bem como pelos danos causados. O documento formal de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) define a atuação do engenheiro para fins legais, incluindo as informações básicas do serviço a ser prestado. Além de ser essencial a ART, o contrato feito pelo profissional da área jurídica para os serviços prestados é essencial para alcançar os objetivos da mitigação dos riscos.

Conclusão

É normal enfrentar falhas, erros de projeto e execução ao atuar na profissão, seja na fabricação, manutenção, elaboração de projetos ou fiscalizações. Isso sempre será um desafio no ambiente empresarial ou em trabalho autônomo. É necessário sempre melhorar os controles interno jurídicos de uma empresa, com a finalidade de reduzir os possíveis erros que podem surgir durante a prática da engenharia mecânica assegurando o progresso continuo e a excelência profissional.

Referências

1. Goldberg, S., & Zuckerman, A. (2019). Gerenciamento de Riscos: Como Avaliar, Transferir e Comunicar Riscos Críticos. Wolters Kluwer.
2. Watt, H., & Engstrom, C. (Eds.). (2017). Gerenciamento de Riscos Jurídicos para Advogados Corporativos e Gerentes: Um Guia para Gerenciamento de Riscos Jurídicos e Corporativos. Routledge.
3. American Bar Association. (2014). O Guia do Advogado para Gerenciamento de Riscos: ABA. American Bar Association.
4. Kiviat, B. (2016). Gerenciamento de Riscos Jurídicos para Advogados Corporativos: Um Guia para Manter Sua Organização Fora dos Tribunais e Livre de Problemas. American Bar Association.
5. Moody-Stuart, M., & Huber, L. M. (2013). Governança Corporativa e Risco: Uma Abordagem Sistêmica. Taylor & Francis.